

APELOS DO NORDESTE

O senador Freitas Neto reclamou, da tribuna do Senado, da falta de continuidade de ação administrativa do governo federal no Nordeste. Integrante da representação do PFL, acentuou que a região "precisa de um programa coerente e capaz de conduzir ao desenvolvimento auto-sustentável". Em defesa de sua tese, mencionou projetos e normas legais que, seguramente executados, concorreriam para esse procedimento racional. Ao mesmo tempo, o senador Waldeck Ornelas, também do PFL, publicou artigo aludindo ao "novo Nordeste", que não quer tratamento paternalista, mas correspondente à sua capacidade de trabalho e produção. Sustenta que "os estados nordestinos têm dado seguidas demonstrações de sua vontade de superar as dificuldades e criar oportunidades". E observa que "a elite política e empresarial" precisa entender que o esforço interno "será sempre insuficiente para fazer com que o Nordeste se integre, de forma justa e equânime, ao processo de desenvolvimento do país".

Em sua essência, as duas ponderadas manifestações renovam o apelo feito, tantas vezes, por parlamentares da região, à base de problemas diversos. Não há nesses reclamos espírito crítico ou de oposição. Ainda que um possa ser mais veemente do que outro, o que a todos inspira é a supressão, ou pelo menos a redução ordenada, das desigualdades e deficiências da região. As estatísticas repetidamente publicadas mostram as condições de insuficiência da região com relação a questões fundamentais, como as de saúde, de educação, de energia, de recursos hídricos, que exigem soluções planejadas, de conjunto. Se a distribuição de renda é injusta em todo o país, cresce de gravidade no Nordeste, cujos salários não se equiparam aos que são pagos nas áreas mais desenvolvidas. Comentários revelam, mesmo, que empresas se deslocam de pontos economicamente mais fortes para remuneração inferior do trabalhador no Nordeste. O trabalho igual é diferentemente retribuído, explorando-se a pobreza.

Por essas razões, o fracionamento e a descontinuidade dos programas justificam reiterados pronunciamentos de políticos da região. Não se nega que os governos em geral procuram atenuar o desequilíbrio regional. O que se salienta é a irregularidade do esforço prometido. Obras e serviços não têm a seqüência devida. Demoram os recursos previstos. Atrasa-se a execução. Conseqüência disso é prejuízo para os estados e municípios, que não vêem os benefícios concluídos, e para a própria União, cujos gastos se multiplicam, e não produzem os efeitos esperados. Pior, de tudo, é

que as populações restam desassistidas, ou precariamente atendidas. Por vezes, e não raramente, são cortes no Orçamento que impedem o início de atividades, ou as paralisam.

Há cerca de dois anos, quando foi anunciado o plano de recuperação da lavoura cacaueteira, tivemos oportunidade de elogiá-lo. Assinalamos que, "por forma diferente dos padrões comuns da administração brasileira", se projetava "assistência plurianual ordenada, e com a participação do governo do Estado, a uma atividade em grave crise". E frisamos que eram "assegurados recursos no valor total de 340 milhões de reais, distribuídos, gradualmente, por quatro anos". Apontamos outros aspectos objetivos do proje-

to, porém acentuamos que só seria eficiente se executado, quanto aos recursos e aos trabalhos, com rigorosa regularidade. Infelizmente não foi assim executado. O retardamento mantém a região em desespero. Segundo foi divulgado, a própria direção da Ceplac considerou vitorioso o mal, que é a vassoura de bruxa. Noutro momento, da tribuna do Senado, reclamamos da situação precária das rodovias federais. As medidas corretivas não têm sido as mais eficazes. Faz pouco, um baiano comentava, em carta a jornal do estado, o quadro das estradas deterioradas, e indagava da atuação dos parlamentares eleitos. Mas estes não governam, indicam falhas e sugerem providências, muitas vezes

pela iniciativa de cidadãos vigilantes. Cabe, por exemplo, nesta hora, indagar sobre a regularidade da navegação no rio São Francisco, que ilustre ministro de Estado assegurou para o fim de 1996.

De qualquer modo, importante é que os parlamentares, deputados e senadores por ato próprio, ou informados por eleitores, advertem, e devem advertir sempre, das falhas administrativas apuradas. Tal procedimento serve também ao governo, porque lhe dá ciência de erros e prejuízos. É assim que se pratica a democracia: com atenção ao interesse coletivo.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia

